



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal do Rio Grande**  
***Conselho Municipal de Educação***  
Ata nº 006/2020

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte, reuniram-se, por videoconferência e em virtude da Pandemia de COVID-19, os conselheiros Elisângela Macedo, Kátia Leivas, Luís Fernando Minasi, Maria Aparecida Pereira Reyer, Rosana Pfarrius, Rita de Cássia Madruga de Souza, Rosimeri Machado; a assessora técnica Jaqueline Micelle, a secretária Lilian Xavier Machado, presididos pela conselheira Melissa de Moraes Rodrigues. Também participaram da reunião o Secretário de Município da Educação, André Lemes e o Superintendente Pedagógico da SMEd, Felipe Alonso. A reunião começou com a presidente do CME agradecendo a disponibilidade de todos os presentes. A seguir, informou que tem mantido contato com a AZONAZUL e também com a UNCME/RS e tem defendido a posição do CME do Rio Grande pela não adoção de aulas on line durante a pandemia em razão de a maioria dos alunos não possuem acesso à Internet. O secretário André Lemes tomou a palavra e agradeceu o convite para a presente reunião, destacando que assumiu a secretaria de Educação na segunda semana de suspensão das atividades escolares e, desde então, aquela secretaria tem realizado algumas atividades, tais como a distribuição de alimentos nas escolas às famílias carentes – cerca de quarenta toneladas de alimentos para duas mil e duzentas famílias – e a mobilização nas escolas com as comunidades escolares. Ressaltou que a rede pública municipal não dispõe de condições estruturais para adotar aulas on line nem profissionais capacitados para tal. Ainda, mencionou que as deliberações relativas quanto ao retorno das atividades escolares contarão com a participação da equipe da SMEd, CME, FUNDEB e CAE. Ainda, destacou a questão dos mandatos dos atuais conselheiros do CME, alguns já vencidos há quase um ano, com exceção da indicação do SINTERG, embora a mesma ainda não tenha a homologação oficial. Informou que encaminhou correspondência a algumas entidades para que as mesmas enviem seus representantes para comporem o Pleno do CME. Também relatou que inúmeras direções das escolas particulares de Educação Infantil têm solicitado permissão para atenderem às crianças e que ele, Secretário, em acordo com o Prefeito Municipal decidiram pela não abertura desses estabelecimentos com vistas à preservação da saúde das crianças e dos

profissionais. A seguir, o conselheiro Minasi parabenizou as medidas tomadas pela SMEd as quais vão ao encontro das posições adotadas pelo CME. Quanto à legalização do mandato dos conselheiros municipais de educação, alertou para a necessidade de levar-se em consideração a experiência dos atuais membros e destacou a importância de não ceder às pressões políticas e das escolas particulares para o retorno precoce às aulas. A conselheira Maria Aparecida alertou que, com a renovação dos membros do CME, todos os atuais conselheiros poderão vir a serem substituídos. Ainda, questionou ao Secretário quais as sugestões de calendários de reposição das aulas já existentes, O Secretário André respondeu que desde o início da quarentena, a SMEd já vem projetando possíveis cenários, porém não existe qualquer proposta de calendário, a qual deverá ser composta por uma comissão formada pela SMEd, CME, SINTERG, CAE e escolas municipais. A conselheira Maria Aparecida acredita ser importante o estudo conjunto entre CME e SMEd na busca da melhor solução. O Superintendente Pedagógico, senhor Felipe, afirmou que há que se ouvir a categoria e as escolas para as escolhas mais democráticas e significativas para a rede pública municipal e que o mais importante nesse momento é pensar em como se dará esse retorno às aulas e qual será o acolhimento empregado. A conselheira Elisângela afirmou que a equipe da SMED e CME deverão pensar juntos sobre as possibilidades de um novo calendário, para que se tenha unicidade. A presidente do CME destacou que todos os documentos reconhecem a autonomia do sistema para a organização de seus calendários. O Secretário André informou que não descarta a possibilidade do oferecimento de aulas à distância para a contabilização das horas letivas, ao que a presidente afirmou ser essa a mesma posição dos conselheiros. O senhor Felipe afirmou que o direito de aprendizagem será preservado, embora no momento encontre-se suspenso, porém deverá ser reposto integralmente quando do retorno das atividades escolares. O conselheiro Minasi informou que assistiu a fala da Presidente da UNCME/RS, Fabiane Bitello, e da professora Nirlaine – presidente da UNDIME. Destacou que em suas falas, foi mencionado que, à princípio, não haveria a necessidade do cumprimento das oitocentas horas/aula e que, quanto ao exercício domiciliar, o mesmo conta na Resolução 233/1997 do CEEed e também nos regimentos escolares para alunos infrequentes, embora esse não seja o caso dos alunos atuais. Ainda, destacou o conselheiro Minasi ser favorável ao “tema de casa”, sob o nome de atividades complementares da carga horária. Segundo a presidente da UNCME/RS, “não seremos conteudistas” e os professores atualmente não estariam em férias. Ainda, o conselheiro questionou ao Secretário sobre a possibilidade de os professores reunirem-se, virtualmente e por área de conhecimento, a fim de estabelecer quais conteúdos seriam mais significativos para a aprendizagem, Alertou, ainda, para outro ponto: a necessidade de se

estabelecer um pacto com as coordenações pedagógicas das escolas a fim de garantir o não desperdício de horas/aula e enfatizou acreditar ser esse o momento propício para que os professores reflitam sobre tais questões. A conselheira Rosana informou que o SINTERG é a favor de aguardar o final da quarentena para a tomada de decisões. A conselheira Rita tomou a palavra afirmando concordar com todas as medidas tomadas e que todas as informações foram repassadas pela Associação às escolas particulares de Educação Infantil. Ainda, destacou que algumas direções dessas escolas não concordam com as medidas adotadas e reivindicam a abertura das escolas alegando que as crianças não estariam nas escolas e nem em suas casas, sendo os pais obrigados a deixá-las com outras pessoas, o que também acabaria acarretando riscos à saúde das mesmas. A Secretário André manifestou estar ciente da posição da Associação das Escolas Particulares de Educação Infantil e que sabe que tais reivindicações são pontuais. Sugeriu que as escolas particulares busquem socorro junto aos programas do Governo Federal em relação às linhas de crédito disponibilizadas para micro e pequenas empresas durante a crise atual. A conselheira Rita informou que o público atendido pelas escolas particulares é diferenciado, o que tem levado as escolas a conceder descontos nas mensalidades e também a suspensão temporária de contratos. Dando continuidade, o Secretário André, ressaltou que, em relação à fala do conselheiro Minasi sobre os professores refletirem sobre o currículo, não discorda totalmente da colocação, porém acredita que a grande maioria dos profissionais são mulheres que encontram-se em dificuldades de conciliar suas atividades do lar, com o cuidado dos filhos e as atividades profissionais. Ainda, frisou que é necessário planejar os passos de uma possível retomada das atividades escolares, da reorganização e do funcionamento da rede pública municipal e quais os protocolos a serem adotados. O senhor Felipe acrescentou que nesse processo haverá mudanças nas datas para a entrega dos Regimentos e PPs escolares. O conselheiro Minasi enfatizou que o CME está absolutamente sensível a todas as questões apresentadas pelo Secretário e tem, durante suas reuniões on line, pensado em estratégias para solucionar os problemas que se apresentarão. Ainda, aproveitou para parabenizar a SMEd pela postura adotada até aqui. A presidente do CME afirmou que, em sua leitura pessoal sobre essas questões, conclui que a BNCC e o Documento Orientador para o Território do Município do Rio Grande poderão servir de alicerce para sanar muitas das questões e que o atual momento traz a possibilidade de os professores repensarem suas atividades, até porquê, segundo a presidente, professores e alunos não serão mais os mesmos após a pandemia e, portanto, há que se acolher esse aluno e contribuir com conteúdos que realmente são essenciais, primando sempre pela sensibilidade. O senhor Felipe informou que algumas escolas estão reunindo-se uma vez por

semana para o estudo do Documento Orientador Municipal. O secretário André, enfatizou que, quanto à recomposição do CME, não possui ingerência sobre o assunto, mas solicita aos atuais conselheiros que auxiliem aos que virão e agradeceu pelo trabalho que vem sendo realizado. O conselheiro Minasi propôs que se revise o regimento do CME que prevê apenas duas reconduções de seus membros. Por fim, a presidente agradeceu a participação de todos e acordou-se a realização de nova reunião por videoconferência para a próxima terça-feira, às catorze horas. Esgotada a pauta da reunião e, nada mais havendo a tratar, eu, Lilian Maria Xavier Machado, lavro a presente Ata que será assinada por mim e pela presidente.

Melissa de Moraes Rodrigues  
Presidente do CME

Lilian Xavier Machado  
Secretaria do CME